

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Maniçoba, 19 de junho de 1911. Minha mãe: Aqui cheguei em *paz e salvamento*, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí — está compreendendo? — hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os *vagons* que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira. Fui visitar o tal Lajedo das Cobras, segundo a senhora insinuou-me, e não vi nada que se parecesse com cobras. Tenha a bondade de dizer-me onde ficam esses bichos, sempre tenho vontade de admirá-los. Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem? Nem semelhança, minha senhora! Ali nunca houve cobras nem nada. Isto agora está seco, sabe? Um pouquinho seco. A água do Ipanema tem assim uns tons de verde-parís: é mesmo da cor do açude daí. Por aqui nada de novo, tudo na santa paz do senhor... não, há uma *coisa* de novo: o Siriaco, o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco. Diga a meu pai que lhe não escrevo porque nesta carta vai tudo o que é preciso dizer. Adeus. Lembranças às meninas, a tia Ju, etc. Recomendações à família do sr. Antero, a d. Iaiá, e mais a algumas pessoas conhecidas. O filho e amigo Graciliano. NB: Mando dizer ao Antônio Panta que guarde todos os meus *Malhos*. Não se esqueça deste recado. Lembranças a d. Anatólia.

Graciliano Ramos. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 2013 (com adaptações).

Julgue os itens que se seguem, relativos aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto precedente.

- 1 No trecho “Só se são umas listas pretas que há em cima da pedra. Mas quem lhe meteu na cabeça que aquilo eram cobras, hem?” (oitavo e nono períodos), o pronome “aquilo” tem como referente “umas listas pretas que há em cima da pedra”.
- 2 No segmento “acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando” (terceiro período), o termo “se” classifica-se, em ambas as ocorrências, como pronome reflexivo.
- 3 Em “o velho Siriaco, o impagável, o incomensurável Siriaco” (décimo quinto período), o vocábulo “incomensurável” tem o mesmo sentido de **imensurável**.
- 4 No penúltimo período, a próclise do pronome “se” é facultativa, por isso seria gramaticalmente correto deslocá-lo para logo depois da forma verbal “esqueça” — **esqueça-se**.
- 5 No décimo quinto período, o sinal de dois-pontos subsequente à oração “há uma *coisa* de novo” introduz um esclarecimento.
- 6 Entende-se do texto que o emissor da carta se encontra na localidade de Maniçoba, onde pretende cometer muitos “pecados”.
- 7 O sentido do décimo sexto período seria mantido caso a conjunção “porque” fosse substituída por **conquanto**.
- 8 O texto se desenvolve em sequências tipológicas predominantemente descritivas e narrativas.

9 No trecho “Ali nunca houve cobras nem nada” (décimo primeiro período), seria gramaticalmente correta a substituição de “houve” por **existiu**, sem prejuízo do sentido original do texto.

10 É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase no vocábulo “às” em “Lembranças às meninas” (décimo oitavo período).

A respeito de agentes públicos e poderes administrativos, julgue os itens a seguir de acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 11 O poder regulamentar exercido pela administração pública é de natureza secundária, dado que está condicionado à existência de lei preexistente.
- 12 Os poderes administrativos outorgados aos agentes públicos são irrenunciáveis.
- 13 Os servidores que ocupam cargo em comissão submetem-se à regra de aposentadoria compulsória aplicável aos ocupantes de cargo de provimento efetivo.

Em relação à responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens, considerando as disposições da CF e a jurisprudência do STF.

- 14 Em caso de danos materiais causados a candidatos em decorrência do cancelamento das provas de concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado, não é cabível a responsabilização civil do Estado.
- 15 O nexo causal entre a conduta imputada à administração pública e o dano ocasionado ao particular é elemento essencial para a caracterização da responsabilidade civil do Estado.

Em relação aos princípios fundamentais, à aplicabilidade das normas constitucionais e aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

- 16 É possível que dois direitos fundamentais incidam, de maneira conflitante, sobre um mesmo fato; nesse caso, deve-se considerar revogado um desses direitos.
- 17 O fato de uma norma constitucional ser classificável como de eficácia contida não impede que ela possua eficácia imediata e direta em determinadas situações.
- 18 A Constituição Federal de 1988 define o Brasil como Estado democrático de direito, por conseguinte a vontade dos administradores públicos é circunscrita aos ditames da lei.

Acerca da organização do Estado e da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 19 Desde que se cumpra o devido processo legal, um servidor público estável pode perder o cargo por condenação tanto em processo administrativo quanto em ação judicial.
- 20 A Constituição Federal de 1988 adota uma repartição de competências entre União, estados e municípios, e, no caso de conflito entre elas, devem prevalecer as normas federais.

Julgue os itens seguintes, relativos à ética no serviço público.

- 21 Os valores éticos sujeitam-se a aspectos sociais e culturais, razão pela qual são mutáveis.
- 22 Toda pessoa é parte legítima para propor ação popular a fim de anular ato lesivo ao patrimônio público e à moralidade administrativa.
- 23 É defeso ao servidor municipal de Maceió o uso de seu cargo para lograr proveito pessoal em detrimento da dignidade da função pública.
- 24 O agente administrativo terá que decidir não somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também entre o honesto e o desonesto.
- 25 A ausência do servidor municipal de Maceió de seu local de trabalho, durante o expediente, é fator de desmoralização do serviço público.

Com base na Constituição do Estado de Alagoas, na Lei Orgânica do Município de Maceió e no Estatuto dos Servidores Municipais de Maceió, julgue os itens a seguir.

- 26 A investidura em cargo público municipal ocorrerá com a posse, que pode acontecer mediante procuração específica lavrada em cartório.
- 27 Caso proposta de emenda à Lei Orgânica do Município de Maceió seja rejeitada, a matéria dessa proposta não poderá ser aproveitada em nova proposta a ser apreciada na mesma sessão legislativa.
- 28 A Constituição do Estado de Alagoas admite a reforma de seu texto mediante proposta de mais da metade das câmaras municipais do estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.
- 29 Para assegurar a livre atuação dos membros das câmaras municipais, a Constituição do Estado de Alagoas estabelece que a imunidade material dos vereadores extrapola os limites territoriais dos municípios.
- 30 Compete à Câmara Municipal de Maceió, com a sanção do prefeito, dispor sobre a criação, transformação, classificação e extinção de cargos e funções de seus serviços, bem como sobre o estabelecimento e a alteração da estrutura organizacional da administração municipal.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito das reformas da administração pública no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 31 A adoção de critérios para a mensuração do desempenho dos servidores públicos é medida associada à nova administração pública brasileira.
- 32 A Reforma Administrativa de 1967 constitui o marco temporal da instituição da justiça do trabalho no Brasil.
- 33 A padronização salarial dos servidores públicos já era tradicional no Brasil desde antes da reforma de 1930, tendo sido implementada ainda no Brasil Imperial.

Em relação às abordagens teóricas da administração e ao seu desenvolvimento, julgue os itens subsequentes.

- 34 De acordo com a teoria neoclássica, o trabalho é entendido como uma atividade influenciada por normas grupais.
- 35 Ênfase em normas e procedimentos, redução da amplitude de controle e centralização da tomada de decisão são características de organizações orgânicas, conforme a teoria da contingência.
- 36 Disciplinar a execução do trabalho é uma prática associada ao princípio da execução, típico da teoria da administração científica.

No que se refere às funções da administração e a seus desdobramentos, julgue os itens que se seguem.

- 37 Fatores tecnológicos, políticos, demográficos e ecológicos são exemplos de fatores ambientais a serem considerados no planejamento estratégico de uma organização.
- 38 No processo decisório, as decisões estratégicas são comumente centralizadas e não repetitivas.
- 39 A execução do processo administrativo é realizada de uma única vez, sendo o planejamento sua primeira etapa.

No que diz respeito à gestão contemporânea nas organizações, julgue os itens seguintes.

- 40 A gestão de projetos que se caracteriza pelo uso de métodos preditivos baseia-se no planejamento e na definição dos itens entregáveis *a priori*.
- 41 Reengenharia consiste em uma forma de gestão de processos drástica e executada em formato *top-down*.
- 42 O desenho da estrutura organizacional é tarefa típica do nível intermediário de gestão, responsável por determinar os critérios de departamentalização.

A respeito da gestão de pessoas e de seus processos básicos, julgue os próximos itens.

- 43 A capacitação de pessoas é um processo composto de três etapas distintas e independentes: o levantamento ou avaliação de necessidades; o planejamento e execução das ações; e a avaliação dos resultados.
- 44 A gestão de pessoas é um processo com dupla finalidade: uma de linha, de responsabilidade de uma unidade técnica que formula e implementa políticas e práticas; e outra de *staff*, de responsabilidade das lideranças que dão suporte às unidades de gestão de pessoas na gestão das equipes.
- 45 O processo de análise e descrição de cargos tem relação direta com a gestão do desempenho, pois a descrição do cargo é um ponto de partida essencial para a definição de metas e objetivos que norteiem a gestão do desempenho.
- 46 O recrutamento interno reforça a valorização e a possibilidade de crescimento da força de trabalho, além de ser menos oneroso e implicar menos riscos, porém apresenta como ponto negativo o fato de não permitir uma real renovação no quadro da força de trabalho.

Julgue os itens a seguir, referentes a planejamento estratégico, conceitos, métodos e técnicas organizacionais.

- 47 A análise SWOT possibilita o diagnóstico e a avaliação de cenários relevantes para o planejamento estratégico a partir da observação exclusivamente direcionada ao ambiente interno da organização.
- 48 Os valores são norteadores da gestão estratégica.
- 49 A metodologia do planejamento estratégico envolve a definição de um posicionamento estratégico e a construção de cenários que permitam a identificação e seleção de alternativas de caminhos que conduzam aos melhores resultados.

No que se refere aos projetos e a suas etapas, à gestão de qualidade, à análise, padronização e melhoria de processos e ao ciclo PDCA, julgue os itens subsequentes.

- 50 O modelo de gestão baseado na qualidade total visa ao sucesso a longo prazo a partir da satisfação dos clientes e de benefícios para todos os membros da organização e para a sociedade.
- 51 No ciclo PDCA, a fase representada pela letra P envolve a verificação dos resultados obtidos com o trabalho.
- 52 O custo das mudanças é elevado na fase do planejamento básico do projeto e regride à medida que o projeto progride.

Julgue os próximos itens, a respeito da gestão governamental, das reformas administrativas e de modelos de gestão pública.

- 53 Indicadores são instrumentos de gestão essenciais nas atividades de monitoramento e avaliação do desempenho das organizações, pois permitem acompanhar o alcance das metas organizacionais.
- 54 A administração gerencial caracteriza-se por sistemas de gestão e controle centrados em resultados, e não em procedimentos, estes característicos do modelo burocrático.
- 55 A passagem do modelo patrimonialista para o modelo racional-legal (burocrático) eliminou totalmente as práticas patrimonialistas.

Acerca dos modelos contemporâneos de gestão de pessoas por competências e da liderança e do desempenho institucional, julgue os seguintes itens.

- 56 As competências de liderança estão relacionadas a atitudes e, por isso, sujeitas a substancial alteração conforme o segmento organizacional.
- 57 Por meio da avaliação de desempenho, é possível localizar problemas de supervisão, motivação e integração do empregado à organização ou ao cargo.

No que se refere ao sistema de planejamento e orçamento do governo federal, aos controles interno e externo e às avaliações de políticas públicas e programas governamentais, julgue os itens subsequentes.

- 58 Avaliar a eficácia e a eficiência de uma política pública consiste, respectivamente, em verificar se ela foi executada com economia de recursos e se ela atingiu, no prazo estabelecido, os objetivos e as metas propostos.
- 59 Formalização consiste na estrutura de informação a ser encaminhada para a preparação de um instrumento legal que vai efetivar o pedido de crédito e enviá-lo para o órgão que o publicará.
- 60 Cabe aos administradores públicos prestar contas dos resultados alcançados na gestão dos recursos confiados à sua responsabilidade em face dos objetivos de interesse coletivo estabelecidos pelo poder público.
- 61 As avaliações somativas abrangem as relações entre o processo, os resultados e o impacto, podendo incluir comparações entre diferentes programas.
- 62 O Tribunal de Contas da União tem a obrigação de fiscalizar as contas nacionais de empresas supranacionais apenas se de seu capital social a União participar diretamente.

Com relação à definição, aos objetivos, aos componentes e às limitações de efetividade do controle interno, julgue os itens a seguir.

- 63 Os componentes do controle interno se caracterizam pela independência e pelo grau de hierarquia que mantêm entre si.
- 64 O controle interno é um processo que contempla o plano da organização, acompanhado de métodos e medidas destinados a conduzi-la com segurança para o atingimento de seus objetivos empresariais.
- 65 Uma das limitações de efetividade inerentes ao sistema de controle interno reside na possibilidade de a pessoa responsável por exercer determinado controle abusar dessa responsabilidade, agindo com negligência em relação às sinalizações apontadas pelo sistema.
- 66 Um dos objetivos do controle interno está relacionado ao *compliance*, que consiste em verificar a exatidão e a fidedignidade dos dados produzidos pela contabilidade a partir de um conjunto de procedimentos e regras preestabelecidos.
- 67 Um sistema de controle interno somente será considerado eficiente se conseguir fornecer um alto grau de segurança quanto ao atingimento dos objetivos traçados pela administração.

Julgue os itens que se seguem, a respeito do ambiente de controle.

- 68 Um dos princípios que sustentam o ambiente de controle é o compromisso assumido pela organização no sentido de atrair, desenvolver e reter pessoas competentes e alinhadas com os objetivos definidos pela administração.
- 69 A supervisão da elaboração e da execução dos controles internos deve ser feita por órgão estatutário distinto do conselho de administração e capaz de atuar com total independência em relação aos membros da alta administração.
- 70 A integridade e os valores éticos dos gestores são elementos que compõem o ambiente de controle, sendo considerados fatores intangíveis essenciais à efetividade dos controles internos de uma organização.

Acerca da avaliação de riscos e das atividades de controle, julgue os itens seguintes.

- 71 As atividades de controle envolvem políticas e procedimentos destinados a minimizar os riscos a que a organização se propôs a responder.
- 72 Para fins de controle interno, o risco é definido como a probabilidade de perda ou a incerteza que esteja associada ao cumprimento de um objetivo.
- 73 Ao estabelecer metas relacionadas às respostas que devem ser dadas aos riscos identificados, a administração não deve considerar a aceitação do risco como alternativa para lidar com as incertezas inerentes às atividades que se encontrem sob sua gestão.
- 74 Considera-se residual o risco que a organização está sujeita a enfrentar quando a administração não encontra medidas capazes de alterar a probabilidade ou o impacto dos eventos.
- 75 Planos de contingência são exemplo de atividade de controle que prepara a organização para lidar com o risco de conformidade.
- 76 Confidencialidade e integridade são aspectos a serem contemplados na avaliação e no tratamento dos riscos de informação na organização.

Julgue os próximos itens, referentes a monitoramento, informação e comunicação no âmbito do controle interno.

- 77 No quesito informação e comunicação, é recomendável que as soluções de *software* preservem a rastreabilidade das informações e dos processos utilizados para a transferência dos dados da origem para o usuário.
- 78 Oportunidade, clareza e um fluxo de informações que contemple todas as direções da organização são requisitos indispensáveis a um processo de comunicação eficaz.
- 79 A análise da eficácia e do alcance do monitoramento contínuo é importante para a avaliação da necessidade de realização de avaliações específicas independentes.
- 80 O monitoramento contínuo, que se encontra incorporado às atividades normais e repetitivas da organização, costuma ser conduzido em tempo real.
- 81 Por meio das atividades de monitoramento, é possível identificar inconsistências dos processos e situações que venham a demandar a adoção de medidas corretivas.
- 82 Na condução das atividades de monitoramento, o auditor independente deve evitar a utilização de informações produzidas pela auditoria interna da organização, com o intuito de preservar-se contra qualquer espécie de suspeição em relação à integridade das conclusões apresentadas no relatório de auditoria independente.

Em relação a conceito, tipos e formas de controle, bem como a controles interno e externo, julgue os itens a seguir.

- 83 O controle externo pode ser administrativo e também judicial.
- 84 As corregedorias do Poder Judiciário exercem controle externo, pois sua ação se estende aos demais poderes e órgãos.
- 85 O Poder Legislativo tem a atribuição constitucional de controlar a gestão financeira e orçamentária de sua própria esfera administrativa e também a dos Poderes Executivo e Judiciário.
- 86 O Poder Legislativo pode controlar o Poder Executivo ao derrubar o veto presidencial, no entanto, em sentido inverso, o Poder Executivo não exerce controle sobre o Poder Legislativo quanto a esse aspecto, em face das atribuições das casas legislativas que representam o poder soberano do povo.
- 87 O controle interno, que pode ser realizado pelo Poder Executivo, é também uma espécie de controle administrativo.

Acerca dos controles parlamentar e administrativo, bem como o exercido pelos tribunais de contas, julgue os itens que se seguem.

- 88** O controle das atividades financeiras, orçamentárias e patrimoniais é reservado pela Constituição Federal de 1988 para o exercício privativo do Poder Legislativo, com auxílio dos tribunais de contas.
- 89** O controle realizado pelo Poder Legislativo limita-se ao controle parlamentar e político, sendo reservado ao Judiciário o controle da legalidade de atos administrativos.
- 90** Os tribunais de contas exercem controle concomitante e subsequente sobre os atos dos agentes da administração pública.
- 91** O Poder Legislativo, em razão da representatividade popular, exerce controle sobre a administração pública em geral.
- 92** O Tribunal de Contas da União julga as contas dos administradores e dos demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta da União, bem como as dos que derem causa a qualquer prejuízo ao erário na aplicação de valores públicos.

No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e a sistemas de controle jurisdicional da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 93** O sistema jurisdicional brasileiro adota o contencioso administrativo de jurisdição una ao definir que qualquer lesão ou ameaça a direito ficam submetidas ao controle jurisdicional.
- 94** A autoridade que identificar indícios de atos ou fatos de improbidade administrativa deve representar ao tribunal de contas competente para a adoção das providências necessárias.
- 95** O Poder Judiciário pode rever atos praticados por agentes de todos os órgãos da administração direta e indireta e de poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, o que configura o exercício do controle jurisdicional da atividade administrativa.
- 96** O ato doloso manifesta-se com a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado na lei, sem que baste a voluntariedade do agente.

A respeito do controle jurisdicional da administração pública e do controle da atividade financeira do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 97** Por meio do sistema de controle externo, o Poder Executivo exerce o controle da execução financeira, a avaliação da fidelidade funcional dos agentes públicos e a avaliação do cumprimento dos programas de trabalho.
- 98** O controle da execução orçamentária envolve a arrecadação de receita e os gastos públicos, assim como o surgimento e a extinção de obrigações.
- 99** O controle exercido por órgãos do Poder Judiciário atinge, de maneira ampla, o ato administrativo, o procedimento administrativo, a decisão tomada em processo administrativo, assim como a formalização e a execução de contratos administrativos decorrentes de licitação pública.
- 100** Em razão do pressuposto do juiz natural, o órgão do Poder Judiciário deve afastar a ilegalidade imposta por agente público autoritário representante do Estado, independentemente de interesse ou petição do administrado.

Espaço livre